

8.1. PROCEDIMENTO Nº CPI/1/17/DACPGP – LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO MERCADO MUNICIPAL TEMPORÁRIO:

Da **DACPGP** submetendo o procedimento mencionado em epígrafe, tendo em vista a aprovação das seguintes propostas:

- a) - Relatório final (148º/4);
- b) - Decisão de adjudicação (76º);
- c) – Redução do contrato a escrito (94º).

Parecer

Propõe-se a remessa a Reunião de Câmara para aprovação das propostas constantes desta informação.

O chefe da DACPGP,



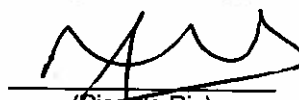
(Domingos Lopes)

13/03/18

Despacho

Remeta-se a Reunião de Câmara para Adjudicação

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

18/03/18

1. Informação

Data

12.03.2018

Autor	Nome	Carreira/Cargo
	Leila Camacho	Técnica Superior

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPI/1/17/DACPGP	1.084.080,00 €	884.988,48 €	365 dias
Objeto	Locação de equipamentos destinados ao Mercado Municipal Temporário		

3. Propostas de aprovação

- a) Relatório final anexo (148.º/4).
- b) Decisão de adjudicação (76.º).
- c) Redução do contrato a escrito (94.º).

4. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor a partir de 748.196,85 € com locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas.

A Câmara Municipal é competente para aprovar projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação relativamente a empreitadas de obras públicas e aquisições de bens e serviços, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

5. Abertura do procedimento

Por despacho de 17/11/2017 da Assembleia Municipal, foi deliberado aprovar por maioria a autorização de abertura de procedimento constante na proposta da reunião de Câmara ordinária de 25 de setembro de 2017.

6. Apresentação de propostas

No dia 09 de janeiro de 2018, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

J.A.RAMOS,LDA

Multitendas - Comércio e aluguer de tendas, S.A.

Spormex - Events & Exhibitions, Lda

Modular Eventos, Lda

7. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 18 de janeiro de 2018, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, tendo havido qualquer pronúncia do concorrente J.A.Ramos, Lda, conforme mencionado no relatório final.

8. Proposta do júri

De acordo com o relatório final de 06 de março, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação nos seguintes termos:

- Spormex - Events & Exhibitions, Lda – **884.988,48 €** (s/ IVA).

9. Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no nº 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.

2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 5% do preço total do contrato deve ser prestada:

a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pela entidade adjudicante nos termos do modelo constante do Anexo III ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante;

- b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente Programa de Concurso, que dele fazem parte integrante.
- 3. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.
- 4. O disposto nos números anteriores é aplicável:
 - a. Independentemente do preço contratual.

10. Redução do Contrato a escrito

10.1 Exigível

10.1.1. Fundamentação de Direito

De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000.

10.1.2. Fundamentação de Direito

No caso concreto, o preço contratual é de 884.988,48€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

Mais se informa que, nos termos do artigo 98.º, n.º 1 do CCP, a respetiva minuta de contrato apenas poderá ser aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.

10.2 Prazo de Suspensão

10.2.1. Aplicável

10.2.1.1. Fundamentação de Direito

O prazo de início da execução do contrato (prazo de suspensão) nunca pode ser inferior a 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação (n.º 4 do artigo 95.º e n.º 2 do artigo 104.º CCP). Exceto quando:

- a) Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);
- b) Se tratar de contrato celebrado ao abrigo de um Acordo Quadro, cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;
- b) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.

10.2.1.2. Fundamentação de Facto

No caso concreto foi adotado o Concurso Público Internacional com publicitação no JOUE, pelo que o prazo de suspensão é aplicável.

11. Anexos

- a) Relatório Final;

RELATÓRIO FINAL**ARTIGO 148º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS****1. Ref. do procedimento:**

Procedimento por Concurso Público com publicidade internacional n.º CPI/1/17/DACPGP

2. Objeto:

"Locação de equipamentos destinados ao Mercado Municipal Temporário"

3. Designação do Júri:**Entidade:** Câmara Municipal de Braga, no uso de competência própria.**Data do despacho:** 28/11/2017**3.1 – Membros do Júri**

Designados	Função			Participantes no Relatório
	Presidente	Membros		
		Efetivo	Suplente	
Nuno Azevedo	✓			✓
Gaspar Silva		✓		✓
Paula Pereira		✓		✓
Domingos Lopes			✓	
Ana Maria Martins			✓	

4. Audiência Prévia e Ordenação das Propostas:

Nos termos do artigo 147º do CCP, aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o júri procedeu à audiência prévia escrita dos concorrentes, tendo sido rececionada uma exposição da empresa J.A.RAMOS, LDA.

O júri reuniu para analisar a pronúncia emitida pelo concorrente, que se anexa ao presente relatório. O concorrente **J.A.RAMOS, LDA**, pronunciou-se ao abrigo do direito de audiência prévia, previsto no artigo 123.º do CCP, considerando, resumidamente, que a exclusão da sua proposta foi feita indevidamente e que as propostas dos concorrentes **Spormex – Events & Exhibitions Lda, Modular Eventos, Lda e Multitendas – Comércio e Aluguer de Tendas, S.A.**, classificados em 1.º, 2º e 3º lugar, respetivamente, devem ser excluídas por considerar que violam o previsto nas peças do procedimento.

Relativamente à decisão de exclusão da proposta apresentada pelo concorrente **J.A.RAMOS, LDA**, a mesma ficou a dever-se à não apresentação por parte do mesmo, de todos os documentos exigidos pelo programa de concurso, nos termos do disposto da alínea a), n.º 2 do artigo 70º e alínea d), n.º 2 do artigo 146º do CCP.

O concorrente veio, em sede de pronúncia ao abrigo do direito de audiência prévia, alegar que da proposta apresentada, faziam parte os documentos em falta, nomeadamente, documento onde constasse o Preço Total e o Preço Mensal e Lista de preços unitários, de acordo com mapa de quantidades patenteado a concurso.

Na verdade, e depois de verificada novamente a proposta apresentada pelo concorrente através da plataforma *Anogov*, o júri constatou que de facto os documentos atrás referidos não fazem parte da mesma. Ainda assim, o júri solicitou por escrito, através de email, à plataforma *Anogov*, que confirmassem se, os documentos apresentados pela empresa **J.A.RAMOS, LDA**, quando submeteu a sua proposta, eram os que estavam disponibilizados, ou, se existia mais algum documento que não estivesse visível a esta entidade adjudicante, tendo os serviços da mesma informado, pela mesma via, o que a seguir se transcreve: *"...informamos que os documentos submetidos pelo concorrente J.A.RAMOS, LDA com o NIF 501409963, são os que se encontram disponíveis na plataforma"*.

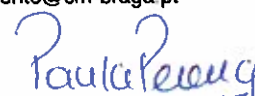
Deste modo, o júri mantém inalterada a decisão de exclusão da proposta **J.A.RAMOS, LDA**.

No que se refere às propostas apresentadas pelos restantes concorrentes, a empresa **J.A.RAMOS, LDA**. invoca a existência de fundamentos de exclusão, por não apresentarem o preço total e o preço mensal, conforme solicitado na alínea b) do n.º10 do programa de procedimento.

O concorrente **Spormex – Events & Exhibitions Lda**, instruiu a sua proposta com um documento onde consta o valor mensal do aluguer do equipamento e o valor total do mesmo para um prazo de 12 meses. Para além disso apresenta uma lista de preços unitários mensais, para todos os tipos de equipamento, de acordo com o mapa de quantidades colocado a concurso.

As empresas **Modular Eventos, Lda** e **Multitendas – Comércio e Aluguer de Tendas, S.A.**, instruíram as propostas com um documento onde consta o valor anual do aluguer do equipamento e apresentam uma lista de preços unitários mensais, de acordo com o mapa de quantidades colocado a concurso, a partir da qual se consegue obter o valor mensal do aluguer.

Considera-se assim que os concorrentes **Spormex – Events & Exhibitions Lda**, **Modular Eventos, Lda** e **Multitendas – Comércio e Aluguer de Tendas, S.A.** instruíram a proposta com os documentos que incluem os atributos da proposta de acordo com os quais se dispõe a contratar. Nessa medida, não pode o júri excluir as propostas daqueles concorrentes com fundamento na falta dos documentos previstos no artigo 10.º do programa do procedimento.



Face ao que foi referido anteriormente o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do relatório preliminar, mantendo a seguinte ordenação das propostas:

N.º	Concorrentes	Valor da Proposta s/ IVA
1	Spormex – Events & Exhibitions, Lda	884.988,48 €
2	Modular Eventos, Lda	1.070.512,11 €
3	Multitendas – Comércio e Aluguer de Tendas, S.A.	1.084.056,60€

5. Proposta de adjudicação

Entidade	Valor s/ IVA
Spormex – Events & Exhibitions, Lda	884.988,48 €

6. Anexos

- Relatório preliminar
- Pronúncia do concorrente J.A.RAMOS, LDA
- Resposta da Plataforma Anogov

7. Data:

06/03/2018

8. Assinatura:

O Júri do Procedimento

.....
(Nuno Azevedo)

.....
(Gaspar Silva)

.....
(Paula Pereira)

Ana Martins

De: Suporte Software - ANO <suporte.software@ano.pt>
Enviado: 28 de fevereiro de 2018 09:57
Para: Ana Martins; pedro_leite@ano.pt
Cc: Alzira Torres; Nuno Azevedo; Gaspar Silva
Assunto: RE: Procedimento CPI/1/17/DACPGP - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO MERCADO MUNICIPAL TEMPORÁRIO

Reporting de suporte técnico
Ocorrência Nº 1719/2018

Exmos. Srs.,

Na sequência do V/ email, que mereceu a nossa melhor atenção, informamos que os documentos submetidos pelo concorrente J.A.RAMOS,LDA com o NIF 501409963, são os que se encontram disponíveis na plataforma. A plataforma de contratação pública anoGOV , disponibiliza na fase de "Apreciação de Propostas" os documentos submetidos por parte dos concorrentes.

O concorrente possui o comprovativo de carregamento, onde na segunda página, vem descrito a designação dos documentos submetidos, podendo assim verificar se efetivamente houve algum documentos que os mesmo não submeteram.

Em caso de dúvidas contacte a nossa linha de suporte técnico.

Com os melhores cumprimentos,
A equipa de Suporte Técnico



ANO – Sistemas de Informática e Serviços, Lda.
Travessa Alferes Malheiro, 105 | 4000-060 Porto - Portugal
Suporte Plataformas: (+351) 707 201 561 | Suporte Outras Aplicações: (+351) 222 061 588
Fax: (+351) 222 084 371 | Email: suporte.software@ano.pt | Sites:
www.ano.pt www.anogov.com
Siga-nos aqui: [Facebook](#) | [LinkedIn](#) | [Twitter](#) | [Google +](#)



ANTES DE IMPRIMIR ESTE E-MAIL, PENSE NO MEIO AMBIENTE. * PLEASE CONSIDER THE ENVIRONMENT BEFORE PRINTING THIS E-MAIL.

NOVO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

FORMAÇÃO

COLMبرا 14.03

LISBOA 12.04

PORTO 19.04

Este e-mail é confidencial e apenas pode ser lido, copiado ou utilizado pelo seu destinatário. Se o recebeu por engano, por favor contacte o remetente através do e-mail ou telefone. Agradecemos ainda que apague este e-mail e não divulgue o seu conteúdo.
* This e-mail is confidential and may only be read, copied or used by the addressee. If you have received it by mistake, please contact the sender by e-mail or telephone. We would also be grateful if you would delete this e-mail and refrain from disclosing its content.

De: Ana Martins [mailto:ana.martins@cm-braga.pt]
Enviada: 23 de fevereiro de 2018 14:36
Para: suporte.software@ano.pt; pedro_leite@ano.pt
Cc: Alzira Torres <alzira.torres@cm-braga.pt>; Nuno Azevedo <nuno.azevedo@cm-braga.pt>; Gaspar Silva

SEDE – SERV.ADMINISTRATIVOS – ARMAZÉNS – SERV.TÉCNICOS
ZONA INDUSTRIAL, VIA S2, LOTES 109 - 110 - 111

LOJA 1 - RUA DR. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA, Nº 57

LOJA 2 - LARGO MOUZINHO DE ALBUQUERQUE, LOJAS F - L
TELEFONE DIRECTO: +351 268 881005

TELEFONE GERAL: +351 268 980460 FAX: +351 268 999121
www.jaramos.pt E-mail geral: info@jaramos.pt
APARTADO 28 7160-292 VILA VIÇOSA (PORTUGAL)

Sociedade por quotas - Capital Social 300.000,00 €
Registada na Cons. Reg. Comercial de Vila Viçosa
Com o NIPC / NIF nº 501 409 963

Município de Braga
Praça do Município
4700-435 Braga

V/Ref.ª

N/Ref.ª 030/18 M/MJ

Vila Viçosa, 30 de Janeiro de 2018

Assunto: PRONUNCIA EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA.

Procedimento: “LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO MERCADO MUNICIPAL TEMPORÁRIO”.

Exmo. Senhor Presidente do Júri

J. A. Ramos, Lda, sociedade por quotas, com sede na Zona industrial, via S2, lotes 109, 110 e 111 em Vila Viçosa, com o número único de matrícula e de identificação fiscal nº 501.409.963, vem, nos termos e para os efeitos do disposto no nº1 do artigo 147º conjugado com o nº1 do artigo 123º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo D.L. nº18/2008 de 29 de Janeiro de 2008, pronunciar-se ao abrigo do direito de audiência prévia, na sequência da notificação do relatório preliminar do Júri do procedimento do concurso acima mencionado, com os seguintes fundamentos:

1

Vem o Júri do concurso excluir a proposta da nossa Empresa com base da alínea a) do nº 2 do artigo 70º e alínea d) do nº2 do artigo 146º do CCP, mencionando também que a proposta da nossa Empresa não apresenta todos os documentos exigidos pelo programa do concurso no seu ponto 10º, transcrevendo a alínea b) e c) do mesmo ponto que nesta prenuncia também se transcreve.

b) Preço Total e Preço Mensal, que não devem incluir o IVA.

Como se demonstra agora, pela reprodução dos documentos originais e devidamente marcado a amarelo o preço total e mensal consta nos documentos que integra a nossa proposta.

c) Documento onde constem os preços unitários de acordo com o quadro constante da cláusula 17ª do caderno de encargos.

Igualmente no documento reproduzido se verifica que o mesmo contém os preços unitários e parciais, conforme exigido no programa do concurso.

2

Com o devido respeito que ainda assim nos merece o Júri do concurso, não podemos deixar de dizer que o erro de análise é demasiado grosseiro, porque este Júri vai atrás da proposta do concorrente que classifica em primeiro lugar, quando na verdade, este concorrente apresenta na sua proposta uma lista de preços unitários e parciais com valores para um mês de aluguer, quando na realidade isso não foi solicitado nas peças do concurso, de facto é este concorrente que não cumprindo com o estipulado nas peças do concurso, baralha o Júri ao ponto de ambos considerarem perfeita essa mesma apresentação de preços unitários quando na realidade não o é, se não vejamos:

O que a entidade adjudicante pretende contratar é o aluguer dos bens pelo período temporal de doze meses, a faturação e pagamento é feita de forma faseada ao longo deste período, coincidindo o número de meses de aluguer com o número de faturas a apresentar que são de igual modo doze, o que a entidade adjudicante de outra qualquer forma diferente poderia ter estabelecido nas peças do concurso e que ainda assim nos parece a forma mais correcta e equilibrada de se processar faturação e pagamentos, ficando ambos locador e locatário vinculados a este período mínimo de doze meses.

Não pode é o Júri do concurso confundir o modo de fraccionamento de faturação em doze meses, com o período de aluguer contratado de doze meses, pelo que a unidade de venda estabelecida neste concurso é para o período de doze meses (um ano) e não um mês, de facto entendemos a necessidade da entidade adjudicante, solicitar que os concorrentes mencionassem nas suas propostas o preço mensal, porque será esse valor a faturar mensalmente. Também a entidade adjudicante admite implicitamente nas peças do concurso poder prorrogar o aluguer até ao limite do valor base do procedimento, assim ficou estabelecido na 2ª e 4ª cláusula do caderno de encargos, pelo que o modelo de lista de preços unitários que apresentou a nossa Empresa é que está correcta e não o modelo e forma de apresentação da lista que apresentou o concorrente classificado em primeiro lugar, pelo que resta agora ao Júri excluir essa mesma proposta pelos motivos que agora ficam amplamente explanados.

3

Em bom rigor deve também as propostas dos concorrentes **Multitendas, SA e Modular Eventos, Lda** serem excluídas, uma vez que nas mesmas não é mencionado o valor mensal, **conforme previsto na alínea b) do ponto 10º do programa do concurso**, constituindo isso sim, motivo de exclusão das propostas nestas condições.

Até se pode admitir que o valor é facilmente extraível e calculável nas propostas destes concorrentes, certo é que não estando mencionado, não deve o Júri ou a Entidade Adjudicante substituir-se a estes na apresentação desse mesmo valor, o que seria eticamente reprovável e constituiria um auxílio aos concorrentes, que os colocaria numa clara vantagem de tratamento perante os restantes, estariam assim violadas as mais elementares regras da igualdade de tratamento entre concorrentes e transparência o que deve presidir a contratação pública.



4

Vem também o concorrente **Spormex, Lda** mencionar na sua proposta **“que os equipamentos estarão em boas condições, com ótimo aspecto visual”**. Na verdade este concurso não estabelece de uma forma clara e objectiva que os equipamentos a locar devem ser novos, mas na verdade é nosso entendimento e deverá também ser o da Entidade adjudicante que embora não mencionado nas peças do concurso, fazem parte dessa mesma lista equipamentos eléctricos, electromecânicos, electrónicos, e de frio industrial que devem ser colocados novos em perfeito estado de funcionamento e que devem obedecer a normas de construção actuais e não obsoletas e que não basta que o seu aspecto visual esteja aceitável, como quer dar como certo o concorrente, mas sim em perfeito estado de uso e salubridade e no restrito cumprimento das normas Portuguesas e Europeias de fabrico, montagem e uso, isto também para as tendas e stand(s) que para esta locação e este período mínimo de doze meses, devem ser considerados equipamentos novos, uma vez que não basta um **ótimo aspecto visual**, mas muito mais que isso.

O mercado do aluguer tem muitas especificidades e temos que nos centrar no perfil do cliente, no período de aluguer, no tipo de evento onde vamos colocar os equipamentos, no sentido de os adequar ao uso, e ainda sendo **um mercado provisório a instalar numa zona nobre da cidade de Braga por um período mínimo de um ano**, devem ser acautelados os interesses dos utilizadores, comerciantes e dignificar a cidade e as deliberações dos órgãos autárquicos, mesmo que se considerem de instalações temporárias.

Pelos factos e motivos amplamente explanados, requerer-se assim a admissão da proposta da nossa Empresa e a exclusão das três propostas admitidas que apresentam irregularidades insanáveis.

Anexos:

- Proposta de Preços submetida na plataforma electrónica de contratação pública;
- Proposta de Preços com marcação a amarelo;

Ficha do Compromisso

CONTR.: 301/2018

Serviço Requisitante: 63 Div. Estudos Projetos Municipais

Cabimento prévio: REQ. INTER: 6833/2017

Entidade: 22109 SPORMEX - EVENTS & EXHIBITIONS, LDA
NIF: 503037605Orgânica: 07 Obras e Serviços Municipais
Económica: 020208 Locação de outros bens

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

242 ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

2017/41 REGENERAÇÃO URBANA

Acc.: 2 Mercado Municipal

Sub-acc.:2 Instalação do Mercado Municipal Provisório

N.Seq.: 29096

Contrato: Nº 301 de Locação de bens móveis para Locação
Equip. Mercado Municipal

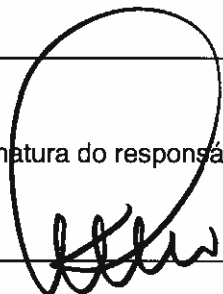
Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
12/03/2018	7649	816 401,87				816 401,87		LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO MERCADO MUNICIPAL TEMPORARIO-CPI/1/17
12/03/2018	7650					816 401,87	272 133,96	

Câmara Municipal de Braga
Informação de Compromisso
Plano Oficial de Contabilidade Autárquica - Pocal
CONTR.: 301/2018
Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 29096/2018

Código de GOP - 02 242 2017/41 Ac.2/2 Instalação do Mercado Municipal Provisório		
Fonte de Financiamento	Administração Autárquica	%
	Administração Central	%
	Fundos Comunitários	%
Classificação Funcional - 242		
Orçamento para o ano de 2018		
Classificação Orgânica - 07		
Classificação Económica - 020208 Locação de outros bens		
1	Dotação Inicial	580 000,00
2	Reforços / Anulações	792 000,00
3	Congelamentos / Descongela-mentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 372 000,00
5	Compromissos assumidos	32 667,78
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	1 339 332,22
7	Compromisso relativo à despesa em análise	816 401,87
8 = 6 - 7	Saldo Residual	522 930,35

Data - 12-03-2018

Assinatura do responsável



1. Valor da Rubrica no Orçamento Inicial
2. Valor das Modificações à Rubrica (+/-)
3. Valor das Cativações (+/-), caso as haja
4. 1 + 2 - 3
5. Cabimentos (026) para a rubrica, até ao atual
6. 4 - 5 (ou valor da 023 para a rubrica, deduzido das Cativações)
7. Valor do Cabimento em análise (actual)
8. 6 - 7 (ou valor da 023 para a Rubrica, deduzido das Cativações e do Cabimento em análise)

Câmara Municipal de Braga
Informação de Compromisso para Anos Seguintes

Plano Oficial de Contabilidade Autárquica - Pocal

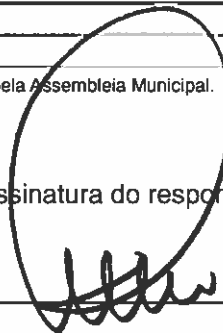
CONTR.: 301/2018

Anexo II

Despesas Anos Seguintes	Montante previsível da despesa	Código / Designação do projeto
Ano 2019	272 133,96	Código: 02 / 242 / 2017/41 / 22 Designação: Instalação do Mercado Municipal Provisório
Ano 2020	0,00	
Ano 2021	0,00	
Anos seguintes	0,00	
Total:	272 133,96	
Instrumento de repartição de encargos 1)		
Órgão autorizador de repartição		
Norma autorizadora (legal ou estatutária)		

(1) PPI/PIDACC, portaria de extensão de encargos, repartição de encargos aprovada pela Assembleia Municipal.

Assinatura do responsável



Comprovativo de Fundos Disponíveis

CONTR.: 301/2018

Serviço Requisitante: 63 Div. Estudos Projetos Municipais

Entidade: 22109 SPORMEX - EVENTS & EXHIBITIONS, LDA

N.Seq.: 29096

Data	Período de Liquidação	2018		Anos Seguintes			Justificação (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)	
		F. Disponível	Valor	F.Disp após	2019	2020		2021
12/03/2018	março	10 810 822,18	816 401,87	9 994 420,31				
12/03/2018	janeiro	0,00		-272 133,96	272 133,96			

